



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA - CIA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES – DLA
CURSO DE LETRAS**

DANIELE CAMILA DE ALMEIDA PONTES OLIVEIRA

**SENTENÇAS SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS COMO MODALIZADORAS
NA CONSTRUÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO EM ARTIGOS DE OPINIÃO.**

**CAMPINA GRANDE- PB
2016**

DANIELE CAMILA DE ALMEIDA PONTES OLIVEIRA

**SENTENÇAS SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS COMO MODALIZADORAS
NA CONSTRUÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO EM ARTIGOS DE OPINIÃO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Letras da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduado em letras-licenciatura em língua em portuguesa.

Área de concentração: língua portuguesa.

Orientador: Prof^ª. Me. Aline Danielly Leal da Silva.

CAMPINA GRANDE

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48s Oliveira, Daniele Camila de Almeida Pontes
Sentenças subordinadas substantivas como modalizadoras na construção da argumentação em artigos de opinião. [manuscrito] / Daniele Camila de Almeida Pontes Oliveira. - 2016.
29 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.

"Orientação: Profa. Ma. Aline Danielly Leal da Silva, Departamento de Letras e artes".

1. Modalização 2. Análise linguística 3. Sentença subordinada substantiva. I. Título.

21. ed. CDD 469

DANIELE CAMILA DE ALMEIDA PONTES OLIVEIRA

**SENTENÇAS SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS COMO MODALIZADORAS
NA CONSTRUÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO EM ARTIGOS DE OPINIÃO.**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Programa Graduação em
Letras da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de graduado em letras
– licenciatura em língua portuguesa.

Área de concentração: língua
portuguesa.

Aprovada em: 09/05/2016.

BANCA EXAMINADORA

Aline Danielly Leal da Silva nota 10,0
Prof. Me. Aline Danielly Leal da Silva (Orientador)
Instituto Federal da Paraíba (IFPB)

[Assinatura] nota 10,0
Prof. Dr. Alfredina Rosa Oliveira do Vale
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Nayara Araújo Duarte nota 10,0
Prof. Me. Nayara Araújo Duarte
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

média 10,0

deleitor

Aos meus familiares, em especial ao meu pai *in memoriam*, pela dedicação, companheirismo e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me permitir chegar até aqui, mesmo diante de tantas dificuldades,

À minha família, em especial a minha mãe Elessandra Maria Almeida Pontes, que sempre esteve me apoiando e ajudando em todos os momentos, ao meu pai que embora não esteja mais entre nós sempre foi a base para meu crescimento como pessoa,

Aos meus irmãos Esdras Cássio Almeida Pontes e Débora Almeida Pontes, que sempre estão ao meu lado.

Ao meu esposo, Thercyo Ferreira Isidoro de Oliveira que com tanto amor e dedicação me incentivou e ajudou em cada detalhe.

Aos meus colegas de classe que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação, em especial a minha colega Lígia Albuquerque que durante toda a graduação esteve trabalhando junto comigo e as colegas Ana Camila e Renata Diniz, pelo companheirismo.

À minha amiga Thaise Ribeiro que sempre me apoiou e me deu força nos momentos difíceis.

Aos meus professores da UEPB que tanto contribuíram para minha formação

À minha orientadora Aline Danielly Leal da Silva, que sempre com muita paciência me instruiu e me orientou.

À banca examinadora nas pessoas das professoras Alfredina Rosa Oliveira do vale e Nayara Duarte que aceitaram avaliar.

A todos que acreditaram em mim. Muito obrigada!

“Todo ato de enunciar implica modalizar: se a modalidade é, essencialmente, um conjunto de relações entre o locutor, o enunciado e a realidade objetiva, é cabível propor que não existam enunciados não modalizados, seja por palavras, diagramação ou até mesmo organização textual.” Neves (2006).

SENTENÇAS SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS COMO MODALIZADORAS NA CONSTRUÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO EM ARTIGOS DE OPINIÃO.

Daniele Camila de Almeida Pontes Oliveira¹

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo investigar o uso das sentenças subordinadas substantivas como modalizadoras na construção da argumentação em artigos de opinião da coletânea de alunos finalistas da “Olimpíada de Língua Portuguesa” Para tanto, foram selecionados trinta e oito textos dos alunos finalistas da olimpíada de língua portuguesa, *Escrevendo o Futuro*, o que constitui o *corpus* da pesquisa. Os objetivos específicos consistem em (1) descrever os tipos de modalização materializadas em sentenças subordinadas substantivas dos artigos analisados e (2) analisar o funcionamento das sentenças substantivas como modalizadoras na construção da argumentação nos artigos em questão. A pesquisa foi fundamentada a partir de pressupostos teóricos que consideram a língua em uso, defendidos por Castilho (), Vidal (2009), Martelotta (2003), Neves (2000), entre outros. Em nossa análise, focalizamos as construções com sentenças substantivas que introduzem a opinião do articulista. As construções estudadas apresentaram dois tipos principais de modalização: epistêmica e deôntica. Esses tipos de modalização são relevantes para a construção da argumentação do artigo de opinião, ora dando legitimidade ao dizer do articulista como uma verdade incontestável, ora mobilizando o interlocutor (o leitor) para uma mudança de posição, em direção à solução dos problemas discutidos no artigo de opinião. A relevância dessa pesquisa está na proposta de complementação de um material didático que se propõe a uma abordagem de análise linguística, apontando caminhos para um posicionamento ativo do professor em sala de aula.

Palavras – chave: Modalização. Análise linguística. Língua em uso.

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido acerca do ensino de gramática nas escolas. Nas últimas décadas, houve um aprofundamento no que diz respeito às críticas direcionadas a este pilar de ensino. Sabe-se que esta parte que compreende o ensino de língua é indiscutivelmente relevante para a formação do aluno, no entanto, o que se questiona é como ela está sendo ensinada (MENDONÇA, 2006). Diante disso, surge a proposta de inserir a prática de *análise linguística* (doravante AL) como uma nova perspectiva de ensino de português. Tal prática é proposta por inúmeros autores, tais como: Geraldi (1984), Mendonça (2006), Bezerra & Reinaldo (2013), entre outros.

A AL é considerada como uma nova alternativa de ensino para conduzir o aluno, principalmente, ao domínio da escrita padrão (GERALDI, 1984). Essa prática aborda,

¹ Aluna de graduação do curso de licenciatura Letras habilitação em língua Portuguesa da universidade Estadual da Paraíba.

E-mail: danielepb_16c@hotmail.com

sobretudo, o trabalho com o texto, sendo este, o objeto de estudo para toda e qualquer análise. Entendemos que essa proposta de ensino só é passível de se concretizar ao considerar a função que esses elementos gramaticais assumem na construção de sentidos do texto, considerando seu contexto de funcionamento. Essa proposta de abordagem reflexiva sobre a língua em sala de aula é apresentada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais Brasil (1996) como um dos eixos de ensino, juntamente com os eixos de Compreensão e Produção de textos orais e escritos, o que coloca em discussão, além de conteúdos gramaticais, conteúdos de natureza textual-discursiva.

Com a mudança de perspectiva para o estudo de língua materna, houve uma crescente preocupação e interesse por parte dos materiais didáticos em apresentarem novas propostas no que tange ao estudo de análise linguística. Dentre os materiais que se propõem a adotar a nova proposta, temos o caderno da Olimpíada de Língua Portuguesa, que, pensando nas dificuldades encontradas nas escolas no que diz respeito ao ensino de leitura e de escrita, aborda os conhecimentos gramaticais a partir de uma nova perspectiva, propondo uma série de etapas para o ensino de determinado gênero textual (poemas, memórias literárias, crônicas e artigos de opinião), que, além de estimular a leitura, facilitará o desenvolvimento de habilidades para a produção textual do aluno.²

Em nosso estudo, analisando especificamente o caderno que se propõe a abordar o gênero artigo de opinião, percebemos que as atividades com a AL são orientadas para retomar aspectos de natureza linguístico-textual do gênero trabalhado. Desta forma, privilegia-se o estudo dos articuladores, uma vez que eles funcionam na relação de ideias que compõem os argumentos, que dão sustentação a tese do artigo de opinião, além de possibilitar a coesão entre as partes do texto.

A funcionalidade desses recursos não é aprofundada no Caderno, o que apontou para a possibilidade de complementação da proposta de análise linguística. Diante desse contexto, indagamo-nos, especificamente, a respeito da função modalizadora de sentenças substantivas na construção da argumentação. Deste modo, esse trabalho se orientou pela seguinte questão de pesquisa: o uso das sentenças substantivas como

²A **Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro** desenvolve ações de formação de professores com o objetivo de contribuir para a melhoria do ensino da leitura e escrita nas escolas públicas brasileiras. Uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) e da Fundação Itaú Social, com coordenação técnica do Cenpec A Olimpíada tem caráter bienal e, em anos pares, realiza um concurso de produção de textos que premia as melhores produções de alunos de escolas públicas de todo o país. Participam professores e alunos do 5º ano do Ensino Fundamental (EF) ao 3º ano do Ensino Médio (EM), nas categorias: Poema no 5º e 6º anos EF; Memórias no 7º e 8º anos EF; Crônica no 9º ano EF e 1º ano EM; Artigo de opinião no 2º e 3º anos.

modalizadoras são predominantes na construção da argumentação em artigos de opinião? Como nosso trabalho se propõe a complementar a proposta de abordagem de AL do caderno do professor, compreendemos que o *corpus* para analisar os usos das sentenças substantivas como modalizadoras poderia ser constituído de artigos produzidos por alunos finalistas desse concurso, publicados em uma coletânea na internet, sendo assim de fácil acesso aos docentes e aos demais interessados no estudo.

Essa escolha metodológica se justifica pelo entendimento de que o professor possui um papel ativo no processo de ensino-aprendizagem, cabendo a ele complementar materiais didáticos segundo as necessidades contextuais do processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, o professor pode se utilizar dos recursos que possui, recursos esses que, nesse contexto, estamos compreendendo como a coletânea de artigos de opinião disponibilizada no site do concurso. O nosso trabalho defende que a interação entre docente e material didático pode ser importante para apontar caminhos que efetivem o trabalho com a AL em sala de aula.

Sob essa perspectiva, estamos considerando uma vertente de língua em uso, privilegiando o funcionamento de estruturas gramaticais nos diversos contextos em que elas são utilizadas, isto é, entendemos que a forma da língua não é dada *a priori*, mas é motivada por sua função, considerando as necessidades comunicativas dos falantes (MARTELOTTA, 2003). Uma abordagem da língua voltada para o uso está diretamente associada aos princípios de funcionamento da língua, evidenciando aspectos semânticos, discursivos e pragmáticos presentes nas situações de interação.

Diante do exposto, o objetivo geral do trabalho consiste em investigar o uso das sentenças subordinadas substantivas como modalizadoras na construção da argumentação em artigos de opinião da coletânea de alunos finalistas da “Olimpíada de Língua Portuguesa”. Para tanto, nos guiaremos por dois objetivos específicos, que consistem em (1) descrever os tipos de modalização materializadas em sentenças subordinadas substantivas dos artigos analisados e (2) analisar o funcionamento das sentenças substantivas como modalizadoras na construção da argumentação nos artigos em questão.

O presente trabalho busca apresentar contribuições da AL para o ensino, ancorando-se na proposta de autores do viés funcionalista como Castilho & Castilho (2002), Neves (2013), (Vidal 2009) entre outros. Além da Introdução e da Conclusão, este artigo apresenta uma seção para discussão dos aspectos metodológicos (item 2),

aspectos teóricos (princípios teórico-metodológicos da análise linguística; sentenças subordinadas e modalização) (item 3) e seção para análise dos dados (item 4).

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Essa seção discute os fundamentos teóricos que subjazem a nossa investigação. Inicialmente, abordaremos o conceito de análise linguística. Em seguida, apresentaremos breves discussões sobre a argumentação nos artigos de opinião e sobre as contribuições das subordinadas substantivas na modalização do discurso do articulista.

1.1 SOBRE ANÁLISE LINGUÍSTICA: CONSIDERAÇÃO DA LÍNGUA EM USO

O termo “análise linguística” é definido pela linguística como alternativa de ensino para levar o aluno ao domínio da escrita padrão (GERALDI, 1984; BEZERRA & REINALDO, 2013). É estabelecido um ensino “inovador”, pautado em um caráter teórico-metodológico diferente do da tradição gramatical. Como afirma Geraldi (1984), a análise linguística, como prática de reflexão sobre a língua em contexto de ensino, surge a partir de estudos científicos da língua.

Vinculadas a essa prática, estão às atividades linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas Bezerra & Reinaldo (2013). Tais atividades são de grande relevância, pois, quando desenvolvidas na escola, conduzem o educando a ampliar seus domínios de fala e de escrita e a operar sobre sua própria linguagem.

Das atividades supracitadas é relevante diferenciar dois tipos de reflexão: a reflexão epilinguística, centrada no uso dos recursos expressivos em função das atividades linguísticas do falante/escritor; e a metalinguística, centrada na construção de noções com as quais se torna possível a categorização de tais recursos. Vale salientar que, nesta proposta, a reflexão epilinguística recebe maior destaque, pois é vista, como condição para uma busca significativa de reflexões sobre a linguagem.

A partir dessas reflexões propostas como atividades linguísticas citadas acima, instaura-se uma nova orientação metodológica, pondo o texto como unidade de ensino nas aulas de língua e tendo como objetivo levar o aluno a entender o que está posto pelo professor, possibilitando o estudo gramatical, além de incluir o estudo dos gêneros

textuais. Ao aplicar a prática da AL na escola, é importante que o professor, entre outros objetivos, permita ao aluno a refletir sobre os textos produzidos, tanto em seu efeito de sentido, quanto à adequação linguística. Tal adequação corrobora com as propostas sugeridas pelos PCN, o qual defende que:

O ensino de Língua Portuguesa tem sido marcado por uma seqüenciação de conteúdos que se poderia chamar de aditiva: ensina-se a juntar sílabas (ou letras) para formar palavras, a juntar palavras para formar frases e a juntar frases para forma textos.”

“Essa abordagem aditiva levou a escola a trabalhar com “textos” que só servem para ensinar a ler. (...) Se o objetivo é que o aluno aprenda a produzir e a interpretar textos, não é possível tomar como unidade básica de ensino nem a letra, nem a sílaba, nem a palavra, nem a frase, que descontextualizadas pouco tem a ver com a competência discursiva, que é questão central. (BRASIL, 2001 [1996], p. 35)

O ensino de forma contextualizada é de extrema importância quando se trata do ensino gramatical, visto que, a aula de maneira descontextualiza não contempla a competência discursiva. Embora haja o reconhecimento dos demais tipos de variedades linguísticas, faz-se necessário a reformulação dos textos produzidos pelos alunos, com a finalidade de atingir a norma padrão e atentar para dificuldades enfrentadas pelos alunos ao produzir textos.

Além dos conteúdos programáticos postos pelo livro didático, faz-se necessário contemplar aspectos que atendam às necessidades dos alunos, introduzindo novos materiais e novos métodos a fim de proporcionar interação em sala de aula.

Ainda com foco na prática reflexiva da AL, Mendonça (2006) aborda tal prática voltada para o ensino médio, também partindo de uma reflexão explícita e organizada, focada nos fenômenos gramaticais, textuais e discursivos. As questões relevantes que diferenciam as práticas de ensino acima citadas são as seguintes:

ENSINO DE GRAMÁTICA		
Objeto de ensino	Estratégia mais usada	Habilidade esperada
Orações coordenadas e subordinadas	Exposição de períodos para identificação e classificação dos termos.	Identificar e classificar as orações e os períodos.
ANÁLISE LINGUÍSTICA		
Objeto se ensino	Sugestões de estratégias	Habilidade esperada
Operadores argumentativos; organização estrutural das sentenças.	Leitura e comparação de textos; Exercícios de reescrita de textos e de trechos de textos.	Perceber que as várias formas de estruturar períodos e de liga-los por meio de operadores argumentativos (preposições, conjunções, alguns advérbios e expressões) podem mudar o sentido do texto, ou podem resultar em textos mais ou

		menos coesos.
--	--	---------------

Quadro 1 – comparativo, adaptado de (MENDONÇA, 2006)

Pode-se perceber, inicialmente, que no ensino de gramática tradicional há uma concepção de língua como sistema inflexível e invariável, há uma centralidade da norma padrão, as unidades privilegiadas são a palavra, a frase e o período etc. Já na prática de análise linguística, a concepção de língua é tida como ação interlocutora situada, sujeita as interferências dos falantes, a centralidade é pautada nos efeitos de sentido e a unidade privilegiada é o texto.

Portanto, observa-se que em vez das classificações e identificações, ganham espaço as reflexões a partir das quais é possível analisar o que está sendo estudado. Embora a prática da AL trabalhe os fenômenos gramaticais em função do texto, o que configura essa prática é a reflexão, voltada para a produção de sentidos, a fim de contribuir para a formação de leitores/escritores dos mais variados tipos de texto.

1.2 A ARGUMENTAÇÃO EM ARTIGOS DE OPINIÃO

O artigo de opinião é um gênero pertencente ao âmbito jornalístico e tem por finalidade a exposição de um ponto de vista acerca de um determinado assunto, caracterizando-se como um gênero essencialmente argumentativo.

Tendo em vista esse caráter argumentativo do artigo de opinião, pode-se classificá-lo como um gênero discursivo da ordem do argumentar (DOLZ; SCHNEUWLY, 2004, p. 60- 61). A argumentação é um recurso que tem por objetivo convencer alguém de algo que está sendo dito. Os argumentos são de extrema importância, posto que são através deles que o locutor defende sua ideia. Dentre os inúmeros tipos de argumentos, há uma diferenciação em relação à nomenclatura e a quantidade de argumentos por parte dos autores.

Deste modo, nos embasaremos nos conceitos de Silva (2016) para classificar os tipos de argumentos. A autora define em três tipos: (1) Argumento por autoridade ou citação, o qual o autor apresenta no texto uma citação ou faz menção a alguém consagrado para corroborar com sua asserção; (2) argumento por comprovação, que consiste em apresentar dados estatísticos para legitimar o que é dito, e (3) argumento por raciocínio lógico ou do senso comum, o qual aponta uma ideia que não é fruto de uma interpretação apenas pessoal, mas comunga com o saber cultural, de um determinado povo.

Dentre os argumentos existentes no gênero artigo de opinião, o que predomina é o argumento do senso comum, seguido do argumento por autoridade, aquele traz uma informação pautada não apenas na interpretação pessoal, mas baseia-se em opiniões alheias, que se bem colocadas podem ser irrefutáveis, visto que se trata de opiniões compartilhadas por uma determinada cultura.

O gênero em estudo “artigo de opinião” evidencia características que permitem o uso da argumentação, pois trata-se de um texto subjetivo que expõe um ponto vista a ser defendido, e para tanto faz-se necessário apresentação de argumentos que sustentem a opinião posta pelo autor. Textos como o supracitado apresentam construções que só produzem o sentido desejado devido a alguns recursos utilizados. Estes recursos são materializados em operadores argumentativos que, tradicionalmente são conhecidos como conectivos, bem como os modalizadores que também se enquadram dentre esses recursos.

Segundo Ducrot (1987), *apud* Koch (2006, p.31-39), existem vários grupos de operadores argumentativos e modalizadores, dentre os quais destacaremos os modalizadores, utilizados nas sentenças analisadas.

Exemplos de modalizadores:

Modos e tempos verbais;

Verbos auxiliares: poder, dever, ter que, precisar de;

Verbos de atitude proposicional: Eu sei, eu acho, eu creio, eu duvido..;

Predicados cristalizados: é certo, é preciso, é necessário..;

Advérbios: Talvez, felizmente, infelizmente, certamente...

As estruturas supracitadas estão associadas às construções de sentenças subordinadas substantivas, que modalizam o discurso a partir de elementos como verbos de atitude proposicional, predicados cristalizados, advérbios entre outros.

1.3 A MODALIZAÇÃO

Os estudos voltados para a modalização surgiram desde a idade média como aponta Cervoni (1989), tais estudos são bastante vastos e apresentam inúmeras possibilidades de abordagens. Para tanto, trataremos algumas perspectivas a partir de estudiosos que apresentam contribuições para o estudo da modalização.

A noção de modalização e modalidade diverge ou se aproximam dependendo da perspectiva. Castilho & Castilho(2002) por exemplo, declara que habitualmente se distingue os termos, sendo modalidade a estratégia que consiste em apresentar o conteúdo proposicional numa forma assertiva (afirmativa ou negativa), jussiva (imperativa ou optativa)etc. Enquanto a modalização corresponderia à estratégia pela qual o falante expressa seu relacionamento com o conteúdo proposicional, avaliando seu teor de verdade ou expressando seu julgamento, contudo, o referido autor prefere utilizar os termos indistintamente, como observamos a seguir:

Essa distinção é um pouco especiosa, pois de qualquer forma há sempre uma avaliação prévia do falante sobre o conteúdo da proposição que ele vai veicular, decorrendo daqui suas decisões sobre afirmar, negar, interrogar, ordenar, permitir, expressar a certeza ou a dúvida sobre esse conteúdo etc. Por isso, resolvemos não distinguir modalidade de modalização e, neste texto, esses termos serão empregados sinonimamente. (CASTILHO 2002: 201)

Por outro lado, Cervoni (1989) afirma que o conceito de modalidade é definido pela marca que o autor imprime ao enunciado, ou seja, é a marca de um posicionamento, o como se diz. Os elementos modalizadores evidenciam os tipos de fala que o falante deseja desempenhar.

A modalização é a presença do locutor no enunciado e se materializa por vários recursos linguísticos.

Segundo Neves (2013) uma das investigações do uso linguístico consiste em buscar inter-relacionar funcionalmente os diversos processos que se manifestam na estruturação do enunciado. A modalização é um desses processos.

Tendo em vista os conceitos abordados pelos diversos autores, é possível afirmar que não há enunciado sem modalização. A esse respeito Neves afirma que,

Pode-se dizer que se a modalidade é, essencialmente, um conjunto de relações entre o locutor, o enunciado e a realidade objetiva, é cabível propor que não existam enunciados não modalizados. Do ponto de vista comunicativo-pragmático, na verdade, a modalidade pode ser considerada uma categoria automática, já que não se concebe que o falante deixe de marcar de algum modo o seu enunciado em termos de verdade do fato expresso, bem como que deixe de imprimir nele certo grau de certeza sobre essa marca. (NEVES, 2010, p. 152)

Partindo desse pressuposto, adotaremos a perspectiva de Neves como a mais pertinente para o nosso trabalho, posto que, a autora considera a modalidade um conjunto de relações, locutor, enunciado e realidade, aspectos que serão observados na análise. No que diz respeito ao uso de nomenclatura, nos embasaremos na teoria de

Castilho & Castilho para a utilização dos termos modalidade e modalização como sinônimos.

Além dos autores supracitados, para um conhecimento mais amplo dos tipos de modalidades, citaremos Perkins (1985, apud Roberts, 1990, p. 364), o qual apresenta uma lista que incluem os tipos existentes: Aléticas: Referem-se à verdade; Epistêmicas: Referem-se a conhecimento e crença; Bulomaicas: Referem a desejo; Deônticas: Referem-se a obrigações; Temporais: Referem-se a tempo; Avaliativas: Referem-se a julgamentos; Causais: Referem-se a causas; Probalísticas: Referem-se a probabilidades.

Dentre os tipos de modalidades, a epistêmica e deôntica serão focadas neste trabalho como sendo as mais importantes para a construção das sentenças subordinadas substantivas e conseqüentemente para a argumentação, visto que as sentenças analisadas nos artigos de opinião se encaixam em ambos os tipos. Vejamos alguns aspectos acerca desses dois tipos de modalidades:

A modalidade epistêmica envolve basicamente a atitude do falante e apresenta um compromisso do falante com suas crenças e opiniões. Dependendo da intenção do falante e de seu objetivo, pode haver a modalidade subjetiva ou objetiva. Sendo que a objetiva está relacionada a um conhecimento partilhado pelo enunciador, porém não é próprio dele, o discurso situa-se no campo da possibilidade. A informação transmitida pelo locutor, não está pautada apenas em suas crenças, mas trata-se de um conhecimento mais amplo, aceito como verdade “irrefutável”, pois estar subsidiado na voz popular, refere-se ao senso comum.

Na modalidade epistêmica subjetiva, a informação transmitida é própria do enunciador, o qual imprime um valor de verdade ou possibilidade sobre aquilo que é dito. Nesse tipo de modalidade são empregados verbos de crença ou opinião, como (creio, acho, penso etc.)

No que diz respeito às construções com modalização deôntica, os modalizadores indicam que o falante considera o conteúdo da proposição como algo que deve ou precisa ocorrer obrigatoriamente/necessariamente. A noção de obrigatoriedade e necessidade são predominantes na modalização deôntica, haja vista, a função principal deste tipo de modalidade configurar uma postura de conduta, relacionado ao dever. A obrigação é geralmente expressa por diferentes verbos modais, contudo, este tipo de modalização, pode ocorrer com mais de uma marca modal, como um verbo modal e um advérbio modalizador.

No que diz respeito ao uso dos modalizadores, como verbo modal e advérbio modalizador, citados por Koch, Halliday (1994), em sua teoria funcionalista, busca estabelecer relações entre as escolhas semanticamente relevantes na língua. Procura explicar porque, em meio a uma diversidade de itens que a compõe, o falante escolhe determinados itens em detrimento de outros para produzir seus enunciados.

Convém salientar que a modalidade deôntica é vista sob diferentes perspectivas, contudo, nos embasaremos na perspectiva de Neves (2000), que elenca dois tipos de modalização deôntica, a de necessidade ou obrigatoriedade, quando expressa que o conteúdo da asserção dever ocorrer obrigatoriamente e que o interlocutor deve obedecê-lo e a de possibilidade, quando o conteúdo expresso é algo facultativo, assim o interlocutor pode executá-lo ou não.

O caráter de obrigatoriedade ou possibilidade se manifesta nas sentenças de diferentes formas:

- a) Diretamente expressa ao interlocutor: quando a obrigação recai diretamente sobre ele;
- b) Indiretamente: Quando não há evidência a respeito de quem cabe a execução da obrigação;
- c) Inclusiva: Quando o locutor se inclui na execução da obrigação e não somente o interlocutor.

A modalização deôntica tem a função não somente de imprimir no enunciado o ponto de vista do locutor, mas tem como objetivo a interação de locutor/interlocutor. As sentenças subordinadas substantivas analisadas dentro da perspectiva deôntica e epistêmica evidenciam, sobretudo, o ponto de vista do articulista, através do qual é possível observar o grau de subjetividade presente na sentença, bem como o engajamento que o locutor exerce sobre o interlocutor.

2. METODOLOGIA

Nesta pesquisa utilizou-se o método de natureza qualitativa e abordagem descritiva documental. A análise qualitativa requer organização do material, obtido por meio da pesquisa e da coleta de dados. O trabalho de descrição tem papel fundamental em uma pesquisa qualitativa, visto que, é a partir dele que os dados são coletados.

A pesquisa qualitativa é de grande relevância, pois pesquisas desta natureza estão cada vez mais integradas às práticas educacionais.

Segundo BORTONI (2008, p, 32);

O docente que consegue associar o trabalho de pesquisa a seu fazer pedagógico, tornando-se um professor pesquisador de sua própria prática ou das práticas pedagógicas com as quais convive, estará no caminho de aperfeiçoar-se profissionalmente, desenvolvendo uma melhor compreensão de suas ações como mediador desconhecimentos e de seu processo interacional com os educandos.

O posicionamento metodológico de composição dos dados se deu inicialmente a partir da necessidade de ampliar o material fornecido pelo caderno da olimpíada de língua portuguesa, a fim de contribuir para os estudos dos artigos de opinião propostos no caderno, focando na presença de modalização presente em sentenças subordinadas substantivas.

A seleção do *corpus* foi estabelecida a partir dos artigos de opinião dos alunos finalistas da olimpíada de língua portuguesa do ano de 2015, retirados do site www.escrevendoofuturo.org.br, foram selecionados trinta e oito artigos, dos quais trinta foram analisados por apresentarem sentenças modalizadoras em comum, estas tem a função de introduzir a voz do sujeito articulista na construção direta do seu posicionamento, os demais não foram inseridos na análise, pois em sua maioria apresentam sentenças introduzidas com opinião de outrem, opinião que aparece com o intuito de legitimar a voz do articulista. o que não constitui o foco desta pesquisa. Visto que a análise pauta-se nas sentenças subordinadas substantivas que apresentam argumentação por meio da modalização, na voz do produtor do texto.

A organização da análise pautou-se na inclusão de exemplos, trechos enumerados retirados dos artigos de opinião seguidos da referência do texto citado. Exemplo: (1) “Penso que Marituba já possui problemas suficientes para receber mais um”[...] (A1, MADELLA)

Nesta análise serão observadas as principais ocorrências de sentenças subordinadas substantivas e a construção destas a partir do efeito modalizador, para assim verificar-se como tais sentenças atingem o efeito de sentido na argumentação do texto. A modalização é o principal viés que conduz a pesquisa, visto que, não há enunciado sem modalização.

3. A MODALIZAÇÃO NAS SENTENÇAS SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS

As sentenças subordinadas substantivas aparecem nos artigos de opinião analisados com a função de introduzir a voz do sujeito no texto, seja a voz do sujeito

articulista, na construção direta de seu posicionamento, seja a voz de outrem, aparecendo para legitimar a voz do articulista na defesa de seu ponto de vista. Tais sentenças permitem a entrada de elementos modalizadores em sua estrutura, os quais são materializados em verbos, advérbios, adjetivos etc., organizados segundo os objetivos comunicativos do articulista e a sua expectativa sobre os conhecimentos partilhados com seu interlocutor.

A partir da introdução do sujeito no texto, podemos observar o processo semântico de modalização, importante na construção da argumentação no artigo de opinião. Esses usos podem ser exemplificados, de modo geral, a seguir:

- (1) Um levantamento feito pela União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), em 2013, indica que a espécie já perdeu 97% de sua área original. (A1, MADELLA)
- (2) Penso que Marituba já possui problemas suficientes para poder receber mais um. (A2, FREITAS)
- (3) É notório que nossa metrópole precisa de obras de mobilidade e intervenções urbanas, mas desde que respeitem o patrimônio histórico da cidade. (A3, GOMES)

Como podemos observar, no trecho em (1), o sujeito do verbo “indicar” é “um levantamento feito pela União Internacional para Conservação da Natureza (UICN)”. Não se trata de um levantamento qualquer, mas de um que é feito por órgão reconhecido internacionalmente pela luta a favor da conservação da natureza. O articulista traz dados oficiais para legitimar seu ponto de vista, que está sendo formulado e defendido no gênero em questão. A sentença substantiva subordinada, por sua vez, traz a informação que é defendida (trecho sublinhado). Dessa forma, embora a informação apresentada esteja de acordo com a linha argumentativa do articulista, ao introduzir a voz do órgão legitimado, entendemos que há um processo de modalização do discurso, apontando para uma relativa “objetividade”.

Já em (2), o verbo “penso” está conjugado em primeira pessoa do singular, atrelando a informação da sentença substantiva (trecho sublinhado) diretamente ao articulista. Diferentemente da construção anterior, nesse tipo de sentença substantiva, quem escreve o texto aparece explicitamente, apontando para um maior grau de subjetividade. O verbo “pensar” aparece como uma forma de relativizar o que foi dito, apontando a informação apresentada sob a responsabilidade do articulista. Esse artifício, em relação ao anterior, é mais pessoal e, portanto, mais passível de ser refutado, ou seja, estamos diante de uma construção mais subjetiva.

Em (3), percebe-se que o articulista se coloca dando ênfase a uma verdade irrefutável, embora se note a posição do autor, a informação apresentada por ele não pode ser contestada, ele pressupõe que essa informação que é compartilhada com o interlocutor por ser uma verdade comum à sociedade, não precisando, assim, de corroboração como dados estatísticos e citação de autoridade. O grau de informatividade seria menor em (3) em comparação a (1): neste há um acréscimo de informação (na sentença subordinada); naquele a informação nova vem na oração coordenada iniciada pela conjunção “mas”.

É importante salientar que os três tipos gerais de introdução da voz do sujeito no artigo de opinião, corporificada nessas estruturas formadas pelas sentenças substantivas são relevantes para a construção da argumentação do artigo de opinião. A forma que essas sentenças apresentam, por sua vez, estão relacionadas à modalização do dizer, ora dando caráter mais objetivo ao texto, ora mais subjetivo. Além disso, ora trazendo informação nova, ora retomando informações compartilhadas.

O mesmo tipo de construção pode indicar argumentos de valor diferenciado. O exemplo dado a seguir se refere às estratégias de introdução do discurso de outrem, como podemos perceber ao comparar (1) a (4):

- (4) O Sr. Hélio Neto, chefe do setor de vigilância sanitária do município, esclareceu que a proibição não foi iniciativa desse órgão, mas ocorre em cumprimento à legislação. (A4, CINJA)

Em (1), o articulista retoma dados de levantamento científico para dar legitimidade a sua argumentação, utilizando-se de nome de instituição regulamentada, ou seja, utiliza o argumento por comprovação, já em (4), o articulista se utiliza de argumento de autoridade, ao trazer a voz de especialista “chefe do setor de vigilância sanitária do município”. Tanto em (1) quando em (4), as sentenças substantivas permitem a construção do discurso indireto. Como podemos observar, em ambos os casos há introdução de informações não compartilhadas com o interlocutor. Embora esse recurso textual-discursivo seja relevante para a construção da argumentação nos artigos de opinião analisados, focalizamos, por questões de espaço, nossa análise no uso de sentenças substantivas para introdução da voz do próprio articulista, colocando-se direta ou indiretamente³ - como visto em (2) e (3).

³ Faz-se relevante analisar os dois tipos de introdução do sujeito na argumentação. O estudo da introdução de outrem no discurso para legitimar o dizer do articulista será trabalhada em trabalhos

O quadro abaixo apresenta esquemas gerais de introdução do ponto de vista do articulista, apontando as ocorrências das construções modalizadas em 30 textos dos 38 que compõem a coletânea de artigos de opinião. 8 textos não foram catalogados como corpus por apresentarem sentenças construídas com opinião de outrem, que não constitui o foco da pesquisa, tendo em vista os objetivos deste trabalho serem voltados para a análise de sentenças modalizadas na voz do articulista.

CONSTRUÇÕES	EXEMPLOS	OCORRÊNCIAS
Verbo + (sentença substantiva - <i>que/infinitivo</i>)	Acredito que/penso que/	Vinte e sete ocorrências
É + adjetivo + (sentença substantiva - <i>que/infinitivo</i>)	É importante que/ É lamentável que	Vinte e três ocorrências
Verbo + substantivo transitivo (de) (sentença substantiva - <i>que/infinitivo</i>)	Particularmente acredito	Três ocorrências

Quadro 2 - sentenças na introdução do ponto de vista do articulista

A partir do quadro 2, é possível perceber diferentes tipos de construções, as quais configuram tomadas de posição distintas por parte do articulista. É relevante salientar que a sentença subordinada aparece em função dessas construções: em relação à natureza do verbo e do substantivo. É a sentença subordinada que veicula a informação a ser discutida, e a sentença matriz que permite a entrada de elementos para a modalização do dizer. De maneira geral, essas construções serão apresentadas a seguir:

* Sentenças que são as introduzidas por verbo + *que*: *acredito que, penso que, saliento que, ressalto que...*

- (5) Penso que com a obra, a tendência será mudar toda a dinâmica e rotina dos moradores da região, por isso é necessário um estudo criterioso dos impactos na vida da população.” (A5 MARVILA)

Construções como a supracitada são conjugadas em primeira pessoa, em geral, apresentam verbos que expressam atividade mental, os quais indicam julgamento, opinião ou crença. Faz-se relevante salientar que essas construções permite a presença

futuros. Por questões de espaço, delimitaremos nossa análise nas que apontam maior compartilhamento de informações, seja através de verdades irrefutáveis, seja a partir de opinião direta do articulista.

de um modificador que, na maioria das vezes, também funciona como modalizador. Neste caso, materializa-se pelo verbo *pensar*.

*Sentenças que apresentam sujeito oracional, os chamados predicados cristalizados (KOCH, 2009), composto por verbo *É* + adjetivo + *que*: *É notório que, é indiscutível que, é importante que*.

- (6) **é preciso que** a população tome conhecimento desse debate e não deixe a responsabilidade apenas nas mãos do governo, mas busque fazer parte dessa luta que envolve a todos. (A6 SILVA)

No exemplo acima o articulista não se coloca em primeira pessoa, porém mostra através da proposição a necessidade de se fazer algo, o que, como necessidade, é algo a ser defendido em sua linha de argumentação. São as informações apresentadas nas sentenças que são vistas como imprescindíveis. É relevante salientar que, nesse exemplo, há uma relação de coordenação entre três sentenças subordinadas substantivas, implicando numa relação entre as informações apresentadas como relevantes.

* Sentenças introduzidas por *verbo* + *substantivo transitivo (de)*: *Tenho plena convicção*.

- (7) **Tenho plena convicção de** que muitos benefícios serão trazidos para o Estado e de que futuramente, nós jovens, precisaremos de uma empresa desse porte para nos estabilizarmos financeiramente. (A5 MARVILA)

Como podemos observar, o verbo aparece conjugado na primeira pessoa do singular, o que marca a posição do articulista diretamente. Além da presença do substantivo que possibilita a modalização da oração, há a presença do adjetivo, atribuindo mais certeza ao que estar sendo dito. Como aponta Koch (2009), a modalização, como marca linguística da argumentação, é expressa por alguns itens lexicais, entre eles estão “os advérbios, os auxiliares modais, os verbos de atitude proposicional, os modos e tempos verbais, os predicados cristalizados e as orações modalizadoras” (2009, p. 85).

Entendemos que não é a sentença subordinada ou a sentença matriz em si que veicula a modalização, mas é ela, a sentença complexa, que permite os vários tipos de modalização, seja pela entrada do verbo, do substantivo ou dos modificadores adjetivo e advérbio. A sentença subordinada, especificamente, traz a informação que está sendo

modalizada e que sustenta a argumentação do texto. Com base nisso, defendemos que as construções de sentenças substantivas funcionam como modalizadoras, porque são elas, como estruturas mais abstratas e esquemáticas, que possibilitam determinados arranjos que modalizam o discurso do articulista.

As construções supracitadas apresentam características que as incluem em categorias de modalização epistêmica e deôntica, sendo a estrutura epistêmica mais subjetiva, em relação à deôntica. A análise do processo de modalização nas sentenças subordinadas substantivas permite verificar a posição do articulista frente ao enunciado proferido, bem como, indicar o grau de comprometimento diante das asserções, a expressão da subjetividade é observada em maior grau nas construções de modalidade epistêmica, pois possibilita o uso do verbo em primeira pessoa.

4.1 MODALIZAÇÃO EPISTÊMICA NAS SENTENÇAS SUBSTANTIVAS

O fenômeno de modalização epistêmica ocorre em diversas construções e se manifesta de diferentes formas indicando graus de certeza/precisão, incerteza/imprecisão. Um dos modos de expressão da modalidade epistêmica é materializado em enunciados construídos em primeira pessoa, o articulista registra sua opinião a fim de obter credibilidade. Neste tipo de modalidade, o locutor observa a realidade das coisas a partir de seu conhecimento prévio. É possível observar no exemplo a seguir:

(8) Todavia, as cortinas desse espetáculo estavam fechadas. **Concordo que a mobilidade urbana precisa ser solucionada. Ressalto que não será com as construções demais rodovias e viadutos que resolveremos o problema.** (A7, ORPHÃO)

A sentença em destaque evidencia a subjetividade descrita acima, quando o articulista coloca “concordo que” e “ressalto que” (trechos em negrito), embora não haja a presença do pronome pessoal “eu” sabe-se que a construção em primeira pessoa confere parcialidade à fala do escritor (subjetividade marcada pela desinência “o”). Deste modo, na maioria dos textos da coletânea de artigos de opinião (*corpus* do trabalho) as sentenças são construídas em primeira pessoa, o que indica o posicionamento mais subjetivo do escritor, ou seja, a marca que ele imprime no discurso para indicar suas intenções, através de argumentos.

Compreendemos que essa recorrência está relacionada tanto a natureza do gênero, quanto ao contexto de produção dos textos. Uma das diferenças do gênero artigo de opinião do gênero escolar dissertação é o fato do articulista ser geralmente especialista o que possibilita maior abertura para o uso da primeira pessoa. Afinal de contas, por ser especialista no assunto, há implicitamente uma legitimação do seu dizer. Embora esses artigos tenham sido escritos por alunos (não especialistas em determinada área do conhecimento), a temática sugeria é o lugar onde eles vivem, tornando-os então legitimados a se colocar diretamente.

Quando o articulista se coloca proferindo: “concordo que” fica subtendido que a informação já foi dita antes, e essa retomada refere-se a uma opinião compartilhada, visto que, ele concorda com algo já proferido, portanto, tal construção evidencia a modalidade epistêmica objetiva. Ao passo que em “ressalto que” aponta um aspecto novo em relação ao que foi dito antes. A informação transmitida na sentença substantiva subordinada está no eixo do seu conhecimento e tem valor de verdade.

Como visto no quadro (1), nos artigos de opinião analisados há uma grande recorrência de casos nos quais o autor utiliza verbos em primeira pessoa, indicando seu posicionamento e modalizando a sentença. Vejamos outro exemplo no trecho abaixo.

(9) Penso que os presidiários devam pagar por seus crimes conforme prevê a lei, que devam ter a liberdade e certos privilégios cerceados [...] (A9, PINHEIRO)

Essas construções que apresentam verbos de atitude proposicional, como, *acho*, *penso*, *creio*. Segundos Bally (1942), esses verbos são classificados como modalizadores *explícitos*, trazendo marcas explícitas do enunciador. Estes verbos indicam o estado mental que explicita uma determinada atitude por parte do sujeito frente a uma dada proposição. Em geral tais verbos aparecem no desenvolvimento e conclusão do texto, como o exemplo acima que vem expresso na conclusão, visto que, são em tais partes que o articulista insere seu posicionamento, tanto para apontar os argumentos selecionados, como para definir seu ponto de vista ao final do texto.

As sentenças modalizadas são de grande relevância para a construção da argumentação em gêneros textuais como o artigo de opinião, visto que, há marcas de subjetividade no texto argumentativo. O discurso do articulista apresenta marcas de subjetividade (BENVENISTE, 1992) que são identificadas principalmente pelo

pronome pessoal *eu*, embora na maioria dos casos dos trechos analisados o pronome não apareça, podemos verificar a colocação do articulista partir do sujeito desinencial.

Sabe-se que um texto nunca será totalmente objetivo, visto que sempre haverá posicionamento por parte do autor, contudo, dependendo do efeito de sentido que se deseja atingir, o escritor se posiciona em maior ou menor grau. Podemos perceber no trecho a seguir:

- (10) Ao contrário do que a atual gestão sugere, acho que uma boa maneira de melhorar o trânsito seria aprimorar seu entorno com descentralização do trânsito e semáforos sincronizados. **Vale ressaltar que a população deve ser consultada para a execução de uma ação tão radical como essa**, haja vista que a qualidade de vidas das pessoas é diretamente afetada quando decisões são tomadas sem a reflexão e o encontro de um consenso coletivo. (A3, GOMES)

Diferentemente uso do “ressalto que” em (9), em (10) o autor utiliza a construção “vale ressaltar” (trecho em negrito), indicando menor grau de comprometimento, tendo em vista a proposição ser produzida em terceira pessoa. Embora a escolha lexical seja a mesma, o verbo “ressaltar”, o efeito obtido é diferente, uma vez que em (9) o articulista se posiciona, se compromete, e em (10) há presença de “neutralidade”, apresentando-se como uma “verdade” compartilhada. Dessa forma, entendemos que não é apenas a escolha lexical que permite a modalização, mas os arranjos de natureza morfossintáticas que são permitidos nas sentenças.

Outro tipo de construção que permite a modalidade epistêmica é a que a sentença substantiva subordinada assume a função de complemento nominal de um nome abstrato, que possui transitividade. Além da escolha lexical do substantivo, essas sentenças podem apresentar mais um elemento modalizador: adjetivo. Como podemos constatar no exemplo:

- (11) **Tenho plena convicção de** que muitos benefícios serão trazidos para o Estado e de que futuramente, nós jovens, precisaremos de uma empresa desse porte para nos estabilizarmos financeiramente. (A5, MARVILA)

O adjetivo em destaque “plena” transmite ao leitor uma ideia de completa certeza por parte do autor, seguido do substantivo “convicção”; termos esses que possibilitam ao leitor entender que a informação é verdadeira, ou seja, o locutor leva o interlocutor a concordar com sua opinião, através do modo pelo qual a mensagem é expressa, tendo em vista, a certeza do locutor. Dessa forma, a modalização possibilita a validação da informação que é transmitida. Entendemos, no entanto, que a modalização não se faz de maneira discreta, mas gradual. Há um *continuum* que vai do polo da

informação atestada como verdade (mas que pode ser refutada) até o polo da informação atestada como irrefutável. Quanto mais forma modalizadora, mais a construção se encontra próximo ao polo de verdades irrefutáveis. Esses procedimentos permite a validação dos argumentos do artigo de opinião.

4.2 MODALIZAÇÃO DEÔNTICA NAS SENTENÇAS SUBSTANTIVAS

A modalização deôntica situa-se no eixo da conduta, relacionada principalmente a obrigatoriedade e a necessidade. Na modalidade deôntica o falante analisa a realidade das situações a partir de normas e conduta moral. Podemos observar que os predicados cristalizados (É + adjetivo + que) geralmente expressam a modalização deôntica. Como podemos observar a seguir:

- (12) **É preciso que haja bom senso de todos os envolvidos nessa questão e que busquemos resolver os problemas que afligem a população.** [...] (A10, FACINA)

Em ambos os casos o locutor utiliza a estratégia de chamar o leitor a refletir sobre os problemas apresentados, desta forma, ele emite seu posicionamento através dos argumentos postos na sentença subordinada e tenta convencer seu leitor da necessidade de se fazer algo. Já com a noção de obrigatoriedade, esta recai diretamente sobre o interlocutor. A inserção do leitor no contexto visa envolvê-lo na reflexão proposta pelo autor, a fim de que o leitor abrace o ponto de vista defendido. Esta estratégia de modalização é utilizada pelo locutor com a intenção de promover uma interação com o interlocutor, chamando-o a participar. Como se observa no exemplo a seguir:

- (13) **Porém, é necessário que o progresso e o meio ambiente caminhem juntos**, pois pensar em futuro é ter um olhar voltado para as questões ambientais, afinal, se não for sustentável, não há futuro. (A5, MARVILA)

Ao inferir que se não houver sustentabilidade não há futuro, entende-se que a afirmação do articulista é voltada para a obrigatoriedade, tendo em vista que para que se chegue a um resultado, não há outra forma, é preciso que algo seja feito. Outro exemplo que confere ideia de obrigatoriedade:

- (14) **É indiscutível a necessidade de buscar alternativas a médio e longo prazo**, pois não é possível que, com o avanço da tecnologia e das descobertas científicas o homem ainda não saiba resolver a questão da fome.[...] (A10, FACINA)

No enunciado acima fica evidente a importância de resolver o problema apontado pelo articulista. Sua intenção é causar no leitor o entendimento de que isso deve ser feito, ou seja, buscar alternativas para acabar com a fome deve ser uma obrigação dos responsáveis pelo assunto em questão. É relevante observar que a marca que o locutor imprime ao enunciado para atingir o valor semântico desejado é através dos adjetivos “indiscutível” e “possível”, os quais seguidos do verbo de ligação “é” constituem os chamados predicados cristalizados.

Do mesmo modo dos enunciados epistêmicos, acreditamos que os enunciados deônticos podem ser observados em um *continuum*, cujo principal determinante é a escolha lexical (importante / preciso-necessário / imprescindível). As construções deônticas aparecem frequentemente na conclusão dos artigos de opinião, parte do texto em que geralmente são propostos caminhos para a resolução do problema discutido. É nessa parte do texto que o interlocutor (leitor) é chamado mais diretamente para uma mudança de posição, seja para apenas concordar com a tese defendida, seja para buscar soluções para resolver os problemas apontados pela argumentação da tese.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo investigar o uso das sentenças subordinadas substantivas como modalizadoras na construção da argumentação em artigos de opinião da coletânea de alunos finalistas da “Olimpíada de Língua Portuguesa”. Ancorados em uma abordagem de uso da língua, observamos que as sentenças modalizadas contribuem para a construção da argumentação de enunciados, uma vez que dão maior ou menor legitimidade as informações veiculadas, segundo o grau de certeza que é estabelecido. Assim podemos falar com um *continuum* em relação às possibilidades de modalização do discurso, que ocorre através da escolha lexical de verbos, substantivos e adjetivos, bem como através do acréscimo de modificadores como adjetivo e advérbios modalizadores.

Observamos que a modalização deôntica é um importante recurso de mobilização do interlocutor para a solução de problemas discutida no artigo de opinião. Esse tipo de modalização geralmente é materializado construções formadas por verbo “é” + adjetivo + (que) sentença subordinada (predicado cristalizado). A escolha lexical do adjetivo que forma essa construção permite um *continuum* de modalização, apontando que ações ou informações possuem maior saliência na argumentação.

Compreendemos que a discussão da composição das sentenças substantivas (escolha lexical; presença ou ausência de modificador), bem como seu funcionamento na modalização do discurso do articulista são aspectos relevantes a serem discutidos em sala de aula, possibilitando alternativas de trabalho com a língua que ultrapassem o trabalho com nomenclaturas gramaticais. No que concerne ao Caderno analisado, defendemos que o estudo das construções que apresentam sentenças substantivas permite uma maior reflexão sobre o processo de construção da argumentação, uma vez que o grau de relevância das informações é evidenciado na modalização, orientando a argumentação no texto.

Por fim, o trabalho se propôs a apontar caminhos para a consolidação do trabalho com a AL em sala de aula. Entendemos que um trabalho de complementação de atividades seja uma oportunidade de reflexão por parte do professor, ampliando as possibilidades de abordagem do fenômeno linguístico, em seus aspectos semânticos, pragmáticos e discursivos. O estudo ora realizado seria o ponto inicial dessa jornada, cabendo a discussão em sala de aula e a proposição de atividades complementares. Não buscamos receitas que se enquadrem em todo e qualquer contexto, pelo contrário, entendemos que essas atividades são locais, considerando-se os alunos que estão envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Abstract

This work aims to investigate the use of the substantive subordinate clauses as modalizing in building the argument in opinion articles the collection of final year students of "Portuguese Language Olympics". Therefore, thirty-eight texts were selected the students of the Portuguese language Olympiad, *writing the future*, which is the *corpus* of research. The specific objectives are to (1) describe the types of modalization materialized in substantive subordinate clauses of the analyzed articles and (2) to analyze the functioning of substantive sentences as modalizadoras in the construction of argumentation in articles in question. The research was based from theoretical assumptions which consider the language in use, defended by Castilho (), Vidal (2009), Martelotta (2003), Neves (2000) and others. In our analysis, we focus on the buildings with substantive sentences that introduce the opinion of the writer. The buildings studied have two main types of modality: epistemic and deontic. These types of modality are relevant to the construction of the reasoning of the opinion article, either giving legitimacy to say the writer as an incontestable truth, sometimes mobilizing the interlocutor (the reader) to change of position towards the solution of the problems discussed in the opinion article. The relevance of this research is to complement the proposal for a didactic material that proposes a linguistic analysis approach, pointing ways to an active position of the teacher in the classroom.

Key - words: Modalization. Linguistic Analysis. Language in use.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ministério da Educação 1996.
- BEZERRA, Maria Auxiliadora e REINALDO, Maria Augusta. **Análise linguística: afinal, a que serve?** São Paulo: Cortez, 2013.
- BENVENISTE, Emile. **O homem na linguagem**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1992.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola, 2008.
- CASTILHO, A. T.; CASTILHO, C. M. M. de. **Advérbios Modalizadores**. In: ILARI, Rodolfo (Org.) Gramática do Português Falado. Vol. II: Níveis de Análise Lingüística. 2. ed. revista. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.
- CERVONI, J. **A enunciação**. São Paulo: Ática, 1989.
- DOLZ J; NOVERRAZ M.; SHENEUWLY, B. Sequências didáticas para uso oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: DOLZ J.; SHENEUWLY, B. Gêneros orais e escritos na escola Trad. Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.
- DUCROT, Oswald. O dizer e o dito. Rev. Téc. Trad. GUIMARÃES, E. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- GERALDI, J. W. **Concepções de linguagem e ensino de português**. In: GERALDI, J. W. (Org.). O texto na sala de aula; leitura e produção. Cascavel: Assoeste, 1984
- KOCH, Ingedore. **A interação pela linguagem**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e Linguagem**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- MARTELOTTA, M.E & AREAS, E.K. **A visão funcionalista da linguagem no sec XX**. IN: CUNHA, M.A.F; OLIVEIRA, M.R & MARTELOTTA. M.E. (orgs). Linguística funcional: teoria e prática . Rio de Janeiro: D.P & A, 2003.
- MENDONÇA, M. **Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto**. São Paulo: Contexto, 2006.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Imprimir marcas no enunciado. Ou: A modalização na linguagem. In.: **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2013, p.149 – 221.
- _____. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- SANTOS, M. F. O. **A modalidade no discurso de sala de aula, em contexto universitário**. In: Revista do Gelne, v. 2, n. 2, 2000.
- _____. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2010
- SILVA, Marina Cabral Da. "**A Argumentação**"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasile scola.uol.com.br/redacao/a-argumentacao.htm>>. Acesso em 15 de marco de 2016.
- VIDAL, Rosângela M.B. **As construções adverbiais em – mente: Análise funcionalista e implicações para o ensino de língua materna**. (Tese de doutorado do programa de pós-graduação em estudos da linguagem, UFRN, 2009)